



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária Deliberativa do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, que se destina à apreciação de pareceres preliminares referentes às seguintes representações: Representação nº 9, de 2023, do Partido Liberal, em desfavor da Deputada Célia Xakriabá, do PSOL de Minas Gerais; Representação nº 10, de 2023, do Partido Liberal, em desfavor da Deputada Sâmia Bomfim, do PSOL de São Paulo; Representação nº 18, de 2023, do Partido Socialismo e Liberdade, em desfavor do Deputado Abilio Brunini, do PL de Mato Grosso; Representação nº 19, de 2023, do Partido dos Trabalhadores, em desfavor do Deputado André Fernandes, do PL do Ceará; Representação nº 21, de 2023, do Partido Socialismo e Liberdade, em desfavor do Deputado Zucco, do Republicanos do Rio Grande do Sul; Representação nº 22, de 2023, do Partido Liberal, em desfavor da Deputada Sâmia Bomfim, do PSOL de São Paulo.

Ata.

Em conformidade com o parágrafo único do art. 5º do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura da ata.

Em votação a ata da 11ª Reunião deste Conselho, realizada no dia 18 de outubro de 2023.

Os Deputados que aprovam a referida ata permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada a ata da 11ª Reunião do Conselho de Ética, realizada em 18 de outubro de 2023.

Ordem do Dia.

Apreciação de pareceres preliminares.

Informo os procedimentos a seres adotados na apreciação dos pareceres preliminares.



Em conformidade com o art. 18 do Regulamento do Conselho de Ética, primeiramente passarei a palavra ao Relator, que procederá à leitura do relatório.

Em seguida, o representado ou representada terá o prazo de 20 minutos, prorrogável por mais 10 minutos, para a sua defesa.

Logo após, será devolvida a palavra ao Relator, para a leitura de seu voto.

Após a leitura do voto pelo Relator, inicia-se a discussão do parecer preliminar, podendo cada membro usar a palavra por até 10 minutos, improrrogáveis.

Esgotada a lista de Membros do Conselho, será concedida a palavra a Deputado não Membro, por até 5 minutos, improrrogáveis.

Será concedido prazo para Comunicações de Liderança, conforme o art. 66, § 1º, do Regimento Interno desta Casa.

Os Vice-Líderes poderão usar da palavra pela Liderança, mediante delegação escrita pelo Líder (art. 66, § 1º, do Regimento Interno).

Encerrada a discussão da matéria, poderão usar a palavra, por até 10 minutos, o Relator e, por último, o representado.

Após as falas, darei início à votação nominal do parecer preliminar do Relator.

Item 1. Leitura, discussão e votação do parecer preliminar do Deputado Paulo Magalhães, do PSD da Bahia, Relator do processo referente à Representação nº 9, de 2023, do Partido Liberal, em desfavor da Deputada Célia Xakriabá, do PSOL de Minas Gerais.

A Deputada Célia Xakriabá apresentou Defesa Prévia em 30 de julho de 2023.

Convido o Relator, Deputado Paulo Magalhães, para compor a Mesa. *(Pausa.)*

A informação que tenho é a de que o Deputado Paulo Magalhães está a caminho.

Vamos seguir.

Item 2. Leitura, discussão e votação do parecer preliminar do Deputado Gutemberg Reis, do MDB do Rio de Janeiro, Relator do processo referente à Representação nº 10, de 2023, do Partido Liberal — PL, em desfavor da Deputada Sâmia Bomfim, do PSOL de São Paulo.



A informação que tenho é a de que o Relator do item 2 também não se encontra e só chegará às 15h30min.

Vamos ao item 3.

Item 3. Leitura, discussão e votação do parecer preliminar do Deputado Mário Heringer, do PDT de Minas Gerais, Relator do processo referente à Representação nº 18, de 2023, do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, em desfavor do Deputado Abilio Brunini, do PL do Mato Grosso.

Convido o Relator, Deputado Mário Heringer, para compor a Mesa.

Passo a palavra ao Deputado Mário Heringer, Relator, para a leitura do seu relatório.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Boa tarde, pessoal que nos contempla com a sua presença para assistir a esta sessão.

Coube a mim este relatório, e vou passar à sua leitura.

"I. Relatório

Trata-se de um processo disciplinar instaurado em 30 de agosto de 2023, com base na Representação nº 18, de 2023, apresentada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

A representação imputa ao Deputado Abilio Brunini a prática de atos incompatíveis com o decoro parlamentar, previstos no art. 55, § 1º, da Constituição Federal; no art. 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nos incisos II, IV do art. 3º, combinado com o inciso X do art. 5º; e nos incisos I e VI do art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, tendo em vista que o representado supostamente teria praticado homotransfobia e violência de gênero contra a Deputada Erika Hilton na CPMI dos Atos Golpistas, em sessão realizada no dia 11 de julho de 2023.

Diante dos fatos apresentados, o representante sustenta a tese de que os fatos trazidos aos autos circunscrevem as seguintes condutas incompatíveis com o



decoro parlamentar: abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (art. 55, § 1º, da Constituição Federal, e art. 4º, inciso I, do Código de Ética e Decoro Parlamentar); praticar irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes, que afetem a dignidade da representação popular (art. 4º, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar); deixar de observar intencionalmente os deveres fundamentais do Deputado (art. 3º, incisos II e IV, combinados com o art. 5º, inciso X, do Código de Ética e Decoro Parlamentar).

O suporte probatório dos fatos narrados na representação baseia-se em cópias anexadas à representação dos seguintes documentos:

a. Trecho de notas taquigráficas, no qual constam Parlamentares comentando a suposta infração cometida pelo representado;

b. Links de periódicos no qual constam reportagens sobre o suposto ocorrido.

Das alegações constantes na representação se extrai o seguinte resumo das imputações em desfavor do representado:

1. Que o representado praticou homotransfobia e violência de gênero contra a Deputada Federal Erika Hilton durante a sessão realizada na CPMI dos Atos Golpistas do dia 11 de julho de 2023;

2. Que o Presidente da CPMI dos Atos Golpistas anunciou uma investigação sobre o caso e solicitou que a cópia da filmagem fosse enviada para a Polícia Legislativa;

3. Que o incidente começou durante um pronunciamento da Deputada Erika Hilton, e Abilio Brunini já havia sido repreendido anteriormente por filmar e debochar de colegas na CPMI;

Instaurado o processo e designada esta Relatoria, vieram-me os autos conclusos para manifestação preliminar, nos termos do inciso II do § 4º do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

É o Relatório."



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Obrigado, Deputado Mário.

Quero repassar a palavra ao nosso Deputado Abilio Brunini, pelo tempo de 20 minutos, se necessário for.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Presidente, caro Relator, primeiro, eu acho que, para poder nortear o próprio Relator, cabe ressaltar que S.Exa. não entrou em contato comigo e nem eu com ele durante todo esse período. Ele pediu, até, que houvesse esse isolamento, pela imparcialidade do seu papel, e foi respeitado. Acredito que todo Relator da Comissão de Ética deva ter essa mesma conduta.

Dessa forma, esta é a primeira oportunidade que eu tenho tanto para me explicar a ele quanto para me explicar para qualquer um dos que estão aqui nos acompanhando. Não tive anteriormente oportunidade de relatar os fatos, mas temos agora esta oportunidade, e este é o momento oportuno para isso.

Diante da situação, não sei por qual motivo — talvez por provocar demais o grupo da Esquerda, e esse ser um papel que nós acabamos desempenhando na CPMI, porque muitos deles fizeram isso no passado, e nós optamos por fazer esse papel de enfrentamento da Esquerda, como temos feito —, alguns deles me sortearam para imputar a mim algumas atividades que eu não cometi.

Eu nunca — é importante começar falando assim —, nunca, de maneira nenhuma, em hipótese alguma, me dirigiria tanto a essa Deputada quanto a qualquer uma outra num tom...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Só quero passar a Presidência para o nosso Líder.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Fique à vontade.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Eu nunca, de maneira nenhuma, de forma nenhuma, de jeito nenhum, me dirigiria tanto à Erika quanto a qualquer outra pessoa nesse sentido pejorativo ou com qualquer outro sentido de ofensa e difamação. Nunca xinguei um Deputado — nunca xinguei um Deputado —, nunca entrei em



confronto físico ou verbal com nenhum Deputado aqui da Câmara Federal — nenhum! —, assim como também nunca fiz isso quando fui Vereador. Nunca fiz isso na minha vida política.

Eu sempre brinco, faço as brincadeiras, busco um relacionamento o mais saudável possível. Às vezes se irritam comigo por eu estar filmando; às vezes se irritam comigo por causa das publicações que faço, mas sempre — sempre, sempre! — procuro as pessoas para conversar, sempre procuro fazer amizade, sempre procuro me relacionar.

Eu tive oportunidade de falar com a própria Erika. Conversei com ela e falei: *"Erika, não existe isso. Eu nunca ia me dirigir a você..."* Até porque não o fiz! Não me dirigi a ela em momento algum da CPMI para atribuir a ela qualquer agressão!

Não consigo entender quais foram os motivos de ter sido escolhido. As duas pessoas que me imputaram uma acusação estavam de costas para mim. Elas nem sequer olhavam para mim, nem sequer me viam. Não havia a menor possibilidade de terem me atribuído uma acusação tão perversa — uma acusação perversa!

Então, eu quero dizer claramente que é importante que nós tenhamos uma condição de respeito aqui na Casa. É importante que nós aprendamos a viver as diferenças, a respeitar as diferenças, a falar com as pessoas. Eu converso com boa parte das pessoas que estão aqui hoje representadas na Comissão de Ética, tanto com a Célia quanto com a Sâmia. Eu converso com todos — com todos! —, sem ter um posicionamento de conflito pessoal.

Nós temos diferenças ideológicas, partidárias, políticas, mas nunca partimos para uma ofensa pessoal. Eu busco o convívio o máximo possível, busco um bom relacionamento com todos o máximo possível, o máximo. Cito o próprio Deputado Arthur Oliveira Maia, Presidente da CPMI. Apesar de todos os conflitos que nós tivemos, saímos com um ótimo relacionamento da CPMI. Hoje mesmo eu o encontrei. Na CPMI nós tínhamos os nossos atritos, mas eram atritos sobre a condução parlamentar.



Nós, às vezes, no papel de obstrução, temos que fazer o conflito, o confronto, questão de ordem, mas nunca o fazemos levando para o lado pessoal. Eu acho que qualquer pessoa, quando parte para o lado pessoal, perde a razão, perde o argumento, perde a lógica.

Então, eu sempre tenho buscado conduzir o meu mandato, o meu trabalho, sem ofender ninguém, sem partir para o lado pessoal, sem xingar. Essa notícia, quando apareceu, muito me surpreendeu, porque não faz o menor sentido para mim. Eu não me vejo... Eu não consigo enxergar uma situação na qual eu viraria para uma pessoa, aleatoriamente, e faria uma ofensa gratuita a ela. Não haveria o menor sentido lógico para que isso pudesse acontecer, tanto é que não ocorreu, tanto é que eu mesmo não ofendi. Se ela estivesse aqui — e eu não a vi —, eu teria qualquer conversa com ela publicamente, o que tenho feito e faço com qualquer outro. Se houver outra oportunidade de trocarmos uma conversa saudável sobre isso, assim como eu já fiz no plenário algumas vezes, não haverá problema nenhum da minha parte. Sempre prego o respeito. Não faria, e não fiz, e não farei nenhum tipo de afirmação caluniosa ou difamatória sobre qualquer pessoa, como essas que estão sendo atribuídas a mim.

Eu não quero ser muito redundante, até porque é infundada essa acusação, mas quero dizer para V.Exa. e para todas as pessoas que estão nos acompanhando — isto aqui também é transmitido ao vivo — que, às vezes, são escolhidas algumas pessoas aqui na Câmara Federal para serem crucificadas pelo ódio, às vezes pelo ódio de pessoas da Esquerda, às vezes pelo ódio de pessoas de direita, mas essa não é a realidade aqui na Câmara. Na Câmara, nós conversamos com todo mundo. Então, as pessoas que estão, na Internet, com ódio do Abílio ou com ódio da Deputada Sâmia Bomfim ou com ódio de outra pessoa precisam entender que o Parlamento é misto. Ele não tem essa questão. Apesar da polarização política, da ideologia política, nós nos pautamos apenas pelas questões políticas. Nós não temos aqui no Parlamento nenhum encaminhamento voltado para o lado pessoal.



Eu quero dizer ao Relator que não houve essa afirmação. Eu não virei para a Deputada Erika e a acusei de nada. Não fiz essa afirmação, não fiz essa fala. Não faz o menor sentido me atribuir essa acusação. Essa pecha é muito mais ideológica, de alguém que me acusou, do que baseada num fato que ocorreu.

Quer dizer a V.Exa., Relator, que espero que analise todos os casos, todos os fatos com a postura ética com a qual V.Exa. tem sempre conduzido o seu mandato e conduzido todo o trabalho.

Agradeço a cada um dos Parlamentares e me coloco à disposição para qualquer outra explicação.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço a V.Exa., Deputado Abilio Brunini.

Devolvo a palavra ao Relator, o Deputado Mário Heringer, para proferir seu voto, que se encontra lacrado.

Solicito à secretária que distribua o voto aos presentes.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Só um momento, Presidente.

Antes da distribuição do voto, eu queria fazer algumas considerações, porque acho pertinente que façamos isso de maneira antecipada, a fim de deixarmos claro a conduta e a maneira como nós conduzimos essa questão.

Eu tenho aqui dois votos: um voto pelo prosseguimento e um voto pelo arquivamento.

Por que eu fiz isso? Porque eu não cheguei aqui com certeza absoluta da minha decisão tomada. Eu queria que a Deputada Erika Hilton também estivesse aqui, porque eu precisava ouvir os dois envolvidos. Eu não os ouvi anteriormente para não haver essa história de que fui influenciado.

Aqui, nessa representação, na parte do relatório, diz: "*O Presidente da CPI dos Atos Golpistas anunciou a investigação sobre o caso e solicitou a cópia*". Eu procurei pessoalmente o Presidente Arthur Maia, fui conversar com S.Exa. pessoalmente, e ele me disse com todas as letras que não tinha encontrado nada



e não podia dar prosseguimento a isso. Fui procurar os outros Deputados e Senadores citados, que corroboraram as denúncias que tinham feito.

Eu sei que a prova testemunhal é importante, mas, desde que cheguei a este Conselho, no ano passado, e especialmente neste ano, conversei com o Presidente Leur Lomanto Júnior, e nós combinamos — eu conversei com o Presidente, até pelo meu tempo de Casa — que não poderíamos deixar este Conselho se transformar em uma rinha de galo, onde o PL acusaria o PSOL e vice-versa — estou dizendo isso porque há um volume maior dessas notícias aqui.

Então, eu realmente fui conhecer a sua vida, Deputado, a sua história patológica progressiva, e detectei um problema no seu tempo de Vereador, em uma briga, em um troço qualquer. Mas isso não está em julgamento. Observei, também, na semana seguinte àquela em que eu tinha sido designado pelo Presidente Leur, um novo entrevero do senhor lá na CPMI, e isso me deixou muito desconfortável para tomar uma decisão sem dar uma explicação aos senhores e à sociedade brasileira.

Eu acho inadmissível, Deputado Abilio — V.Exa. acabou de dizer que não fez isso, e eu respeito as suas palavras —, que, no mundo em que nós vivemos hoje, discriminemos qualquer pessoa, por qualquer coisa. Acho isso uma coisa da pior qualidade, do pior nível que o ser humano pode fazer. Eu costumo chegar perto de alguns amigos meus e dizer: *"Bota um ser humano no seu coração e para com esse tipo de coisa"*.

E vejam que eu sou — e a maioria de nós é — fruto de uma sociedade preconceituosa! Eu venho me exercitando, tentando mudar. E, particularmente, eu vim para cá pensando, no meu coração, como nós poderíamos pegar 5 mulheres e sacrificá-las, com cinco processos do PL, por um momento de insanidade, até — pode-se chamar assim —, ou por um momento de irritação e de briga. Isso pode acontecer. Esta aqui é a Casa da discórdia! Não é a Casa da concórdia. Aqui é onde as oposições funcionam de maneira civilizada. Aqui é onde não há guerra. Aqui é



onde fazemos as coisas acontecerem de maneira melhor e mais produtiva para a sociedade.

Eu falo isso olhando para V.Exa. com todo o carinho. Sei que V.Exa. é pré-candidato na sua terra e sei, naturalmente, porque vemos isso — eu estou no meu sexto mandato —, que às vezes as pessoas usam o mandato para dar uma alavancada na candidaturas, o que é legítimo — ou, como disse alguém aqui, para destruí-las.

Esse é um ponto que eu também levei em consideração quando eu fazia a minha análise. Por que essas coisas estão acontecendo? Até onde elas irão? Por que elas aconteceram? Isso eu também me perguntei. Mas não cabe a mim tergiversar em torno de uma situação específica para decidir um ponto específico. E o ponto específico é exatamente a representação.

Eu estava aqui sem certeza do que faria. Eu vou pedir à Secretaria da Mesa... Perfeitamente.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Eu entendi. Só quero corroborar uma coisa. Como arquiteto e urbanista, eu não poderia deixar de falar. Eu não suporto, não tolero nenhum tipo de preconceito. Não suporto. Eu acho que nós não podemos tolerar, independentemente de ideologia de esquerda ou de direita. Acho que essa questão do preconceito tem que ser superada por uma questão de humanidade, não por uma questão ideológica de esquerda ou de direita.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Perfeito.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Eu até quero dizer para o senhor uma coisa. Quando saiu essa matéria — ela saiu em alguns veículos, e de repente começaram a me atacar no Brasil inteiro, vários veículos me acusando —, eu tive muita preocupação, porque eu tive grandes professores, grandes professores, do gênero feminino, do gênero masculino, homossexuais, grandes professores, que com muita naturalidade se sentiram ofendidos. E eu me senti muito ofendido também, porque isso feria o respeito que eu tenho a todos eles.



Eu quero dizer aos meus professores que estão assistindo a esta reunião que eu não aceito que seja atribuído a mim nenhum tipo de acusação de homofobia, que seja atribuído a mim nenhum tipo de acusação de preconceito ou desrespeito. Eu não aceito. Eu quero aproveitar esta oportunidade para pedir isso aos meus professores, pelos quais sempre tive respeito.

Eu entendo que o senhor já vai declarar o seu relatório, mas, como o senhor mesmo sabe, eu, como arquiteto urbanista que tive grandes professores que se sentiram ofendidos, acredito que este é o momento de eu me dirigir a eles: professores, eu nunca fiz uma acusação dessa, eu nunca fiz uma acusação de homofobia ou de transfobia ou de qualquer coisa desse gênero. Eu sempre preguei o respeito, e não aceitaria que isso acontecesse.

Desculpe-me atrapalhá-lo, mas eu precisava dizer isso, em respeito aos meus professores.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - V.Exa. não atrapalhou, de maneira alguma. Se o Presidente não achar inconveniente... Uma função que nós temos aqui é a de conversar, analisar e levar as coisas para o melhor caminho possível.

Deputado Abilio, eu estou tomando uma decisão sobre o relatório aqui, neste momento, principalmente porque V.Exa. disse isto: "*Eu não fiz. Eu não faria. Eu não concordo*". Isso está filmado, gravado. Não há reiteração de acusações com relação a isso.

Para mim, com muita clareza, como V.Exa. é primário, tem direito à minha dúvida. E a dúvida é pró-réu, eu não tenho dúvida nenhuma disso. Eu, absolutamente, não faria nada que não deixasse a minha consciência tranquila.

Alguns segmentos me procuraram para me influenciar, mas não deixei. Não respondi em rede social, não conversei com ninguém, porque esta decisão tinha que ser pessoal. Apesar de o mandato ser uma delegação coletiva, a decisão é individual na hora do voto. Então, eu tomei esta posição.



Eu espero que nós, desde aquele início de conversa... V.Exa. não estava aqui porque não é do Conselho de Ética. Nós conversamos sobre precisarmos parar com essas brigas. Eu quero que V.Exa., dentro do seu partido, nos ajude a parar com essa picuinha. O Brasil está precisando de paz. Nós estamos precisando voltar ao estágio de tentar consertar este País. V.Exa. está vendo o Rio de Janeiro conflagrado por milícia, tráfico de drogas. Isso não é bom em lugar nenhum, e eu tenho certeza de que ninguém aqui é a favor de uma coisa dessas. Então, nós precisamos acabar com isso. Nós temos problemas maiores para cuidar.

Por isso eu vou pedir à nossa Secretária que distribua o meu voto, que lerei, pelo arquivamento do seu processo. Depois a bancada vai decidir. (*Palmas.*)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Muito justo, Sr. Presidente. Muito justo.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Deixe de ser sem-vergonha! (*Risos.*)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - O que é isso?! O que é isso?! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Solicito à secretária que distribua os votos aos presentes e ao Relator.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Presidente, só registre que esse "*Deixe de ser sem-vergonha*" não foi para mim. Senão, vai sair em tudo quanto é *site* de notícias. Só registre que foi para outro, por favor.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Isso foi para o meu amigo careca Deputado Gilberto. V.Exa. não é careca.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - É a república dos carecas no Conselho de Ética.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Podemos começar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Por favor.



O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Desculpe-me pela brincadeira no final, Presidente.

"II. Voto do Relator

Consoante norma inserta no Código de Ética e Decoro Parlamentar, instaurado procedimento disciplinar do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, impende ao Relator examinar, inicialmente, se a representação atende aos requisitos mínimos necessários para o prosseguimento do feito, isto é, se a representação é apta e se existe justa causa. É o que consta no inciso II, § 4º, do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, com a redação que lhe conferiu a Resolução nº 2, de 2011.

Da Defesa Prévia

O representado, até o protocolo do presente parecer, não apresentou Defesa Prévia, optando, portanto, nesta fase preliminar, por não exercer sua faculdade de manifestação em qualquer fase do procedimento disciplinar, conforme previsão do artigo consonante, o art. 9, § 5º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Da Aptidão

No que tange à aptidão, destaque-se que a Constituição Federal, em seu art. 55, § 2º, confere legitimidade, tão somente, à Mesa da Câmara ou a partido político para que oferte representação perante este Conselho por quebra de decoro parlamentar. Em se tratando de partido político, apenas seu Presidente, ou outra pessoa devidamente legitimada pelo estatuto, pode atuar em nome da agremiação partidária a fim de ofertar a aludida representação.

No caso em tela, a representação foi subscrita pelo Presidente do Partido Socialista e Liberdade, o Sr. Juliano Medeiros, pessoa devidamente autorizada para atuar em nome do referido partido político, na forma do seu estatuto.

Além disso, o partido acima identificado possui representação no Congresso Nacional, o que confere legitimidade ao representante para que assine o pleito.



O representado, por sua vez, é detentor do mandato de Deputado Federal, em pleno exercício de sua função, de forma que se encontra apto a ocupar o polo passivo da demanda.

No tocante à narrativa clara dos fatos cuja análise se pretende, esta é problemática.

Em toda a representação, tem-se abaixo a única menção expressa referente à suposta conduta do representado:

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) — *É porque o Sr. Mauro Cid foi homofóbico aqui. O Sr. Abilio foi homofóbico, fez uma fala homofóbica quando a companheira... Quando a companheira estava se manifestando, ele acusou e disse que ela estava oferecendo os serviços. Isso é homofobia...*

Ora, o princípio fundamental do devido processo legal é a pedra angular do sistema jurídico, garantindo que qualquer pessoa acusada de uma infração tenha a oportunidade de conhecer as acusações contra ela e se defender adequadamente. Nesse contexto, a materialidade da conduta, ou seja, a descrição clara e precisa dos fatos imputados ao acusado, é um requisito essencial para garantir a justiça e a equidade do processo legal.

Em outros termos, no âmbito do sistema jurídico, o princípio fundamental do devido processo legal assume um papel central e essencial. Ele garante que qualquer pessoa que seja acusada de cometer uma infração tenha o direito primordial de conhecer as acusações que pesam sobre ela desde o início do processo, permitindo, assim, o exercício pleno do direito à ampla defesa. Esse princípio é de suma importância para assegurar que o processo legal seja justo e equitativo em todos os aspectos.

Quando se fala em conhecer com precisão os limites da imputação, refere-se à necessidade de que o acusado tenha informações claras e específicas sobre o que está sendo alegado contra ele. Isso inclui todos os detalhes dos fatos que lhe são imputados, o contexto em que esses fatos ocorreram e a maneira como as



ações são interpretadas como violadoras da lei. Desde o momento em que a representação é apresentada, é crucial que a delimitação temática da acusação seja clara e precisa, definindo de forma inequívoca o conteúdo da questão infracional.

Em nenhum caso se pode admitir a imputação vaga e imprecisa, pois isso constituiria um obstáculo flagrante ao exercício efetivo da defesa. Uma imputação vaga dificulta grandemente a capacidade do acusado de entender as alegações contra ele, tornando difícil ou até impossível formular uma defesa adequada. A falta de especificidade na acusação não apenas prejudica o direito do representado ao devido processo legal, mas também prejudica a justiça como um todo.

Portanto, não é aceitável que uma representação contenha uma descrição vaga ou imprecisa, pois isso violaria um dos princípios fundamentais da justiça e do devido processo legal. Garantir que o acusado tenha acesso a informações claras e detalhadas desde o início é crucial para assegurar que ele possa exercer seu direito à ampla defesa de maneira efetiva, contribuindo para o processo legal, justo e equitativo.

No caso em questão, a representação não fornece detalhes específicos sobre a conduta alegadamente violadora cometida pelo representado. A representação se limita a citar uma fala proferida por um terceiro Parlamentar, sem fornecer informações concretas sobre o que exatamente foi dito, em que contexto, e como essa fala poderia ser interpretada como violência de gênero ou homotransfobia.

A falta de individualização da conduta do representado na representação levanta sérias preocupações quanto à sua capacidade de se defender adequadamente. O representado deve ser informado de maneira clara e precisa sobre as acusações que enfrenta, de modo a poder preparar a sua defesa de maneira apropriada. Sem essa individualização, o representado fica em desvantagem e privado da oportunidade de entender plenamente as alegações contra ele.



Além disso, em casos envolvendo alegações de violência de gênero e homotransfobia, é particularmente importante que as acusações sejam detalhadas e claras, dada a sensibilidade dessas questões e a necessidade de garantir que a justiça seja feita. A falta de especificidade na representação dificulta a avaliação objetiva das alegações e a determinação de sua validade.

Portanto, diante da ausência de materialidade da conduta na representação, que não fornece detalhes claros e específicos sobre as palavras proferidas, o contexto em que foram ditas e como podem ser enquadradas como violência de gênero ou homotransfobia, é imperativo que se busque uma descrição mais precisa das acusações para que o representado possa exercer seu direito ao devido processo legal e uma defesa adequada. Isso é essencial para assegurar a justiça e a proteção dos direitos fundamentais do representado.

Em vista desses argumentos, há que se reconhecer a inépcia formal da peça inaugural.

Conclusão.

Ante o exposto, tendo em vista o teor dos fundamentos acima alinhavados, voto pelo arquivamento da representação proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em face do Deputado Abílio Brunini (PL/MT).

Sala do Conselho.

Deputado Mário Heringer.

Relator."

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Declaro aberta a discussão da matéria.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, demais colegas do Conselho e quem acompanha esta sessão, parece que nós andamos esquecendo aqui que continuidade de uma representação não é, de nenhuma maneira, condenação, decisão, trânsito em julgado. Não, é julgar.



Sinceramente, o Deputado Abilio veio aqui se defender — isso é muito correto —, mas disse que em geral é sorteado pela Esquerda para ser alvo de representações, de retaliações, de ataques. S.Exa. contribui para o que ele chama de sorteio aleatório de ataques, com o que não concordo, pela postura. É esse tipo de Deputado — a mim me surpreende, porque eu sou da velha-guarda, como o próprio Relator e poucos mais aqui — que vive na "mídiosfera", em que tudo é *like*, tudo é filmar, tudo é meter o celularzinho para fazer um vídeo, e lacrar, e atender a sua base, e ganhar popularidade. Isso eu reputo como muito ruim.

Eu vi pela televisão o Deputado dizer... Não estava usando a palavra, porque nem membro da CPI do golpismo que culminou em 8 de janeiro ele era, e nós só falamos ao final de todos lá. Quando a Deputada Erika Hilton, membro da CPI, fez a fala dela, ele disse claramente — eu ouvi pela televisão, não é tão difícil assim de ter percebido lá —: *"Está oferecendo serviços"*. Isso é muito grave.

Tenho testemunho: dois Senadores, o Senador Rogério Carvalho e a Senadora Soraya Thronicke, e as Deputadas Jandira Feghali e Laura Carneiro, nenhum do PSOL.

O que disse o Presidente da CPI, que sempre foi elogiado por todos, disse na ocasião, agindo com exaçaõ, o que eu também reitero? Ele disse que tomou uma decisão: *"Vamos fazer uma investigação, vendo, inclusive, filmagens, porque, se V.Exa. falou, vai ter a leitura labial e vai ser fácil que isso seja identificado. E, obviamente, Deputado, que, se V.Exa. de fato agiu dessa forma, vai ter uma penalidade contra o senhor. Não há dúvida de que V.Exa. será penalizado"*.

Ora, eu não estou preocupado com a punição. Estou preocupado com a averiguação, do contrário nós vamos passar sempre uma borracha em tudo e, assim, fica literalmente o dito pelo não dito. Não por acaso, o Relator deu um voto também diferente, pelo prosseguimento do feito, mas optou aqui e agora, pelo que disse, pela extinção da representação, pelo não prosseguimento.

O Relator Mário Heringer, meu irmão e amigo de longa data, deu a entender que, se a Deputada Erika Hilton estivesse aqui — ela não é obrigada a isso, ela foi



ofendida — e reiterasse a acusação, talvez o feito tivesse prosseguimento. Não é por aí, no meu entender. No mínimo, o que se pede é a investigação, a apuração.

O Deputado Abilio, mais um nesta linha aqui, não fez a menor autocrítica de uma fala a ele atribuída e negou que a tenha dito, embora muitos outros tenham visto e ouvido, e pronto! Reafirmou, é claro — isso é positivo, não nego —, que não tem preconceito nenhum e que nunca agiu assim. Ele, no entanto, tem essa prática costumeira, um pouco irônica e debochada. Eu gosto de ironia, eu gosto da graça, eu não sou um cara pesado, mal-humorado. Mas há um limite, há limite para isso, até mesmo na vida parlamentar.

Portanto, eu entendo que a representação do PSOL, que eu subscrevo, deveria prosseguir. Contrariando o Relator, acho que o feito merece uma apuração maior. Em havendo a continuidade do feito, certamente a Deputada Erika virá aqui para explicitar tudo o que a ofendeu profundamente. Isso desgasta, esse caminho é o pior possível para o Parlamento.

Diante disso, nosso voto será pelo prosseguimento do feito.

Orientamos “não” ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sr. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizar o Relator, que, de forma equilibrada, pontual e coerente, proferiu seu voto, e quero discordar totalmente das palavras do Deputado e Prof. Chico Alencar, respeitando, obviamente, sua fala.

Vamos lá, Srs. Parlamentares! O Deputado Abilio tem o jeito dele, um jeito extrovertido, mas eu nunca o vi desrespeitar nenhum Parlamentar aqui. Eu já o vi ser desrespeitado diversas vezes. Eu não estava lá no dia em que ele foi acusado de ter feito uma fala homofóbica.

O devido processo legal, Deputado Chico Alencar, é muito claro, é objetivo. Por que o Relator pediu o arquivamento? Porque não se apresentou nenhuma prova do que os senhores do PSOL colocaram no papel. Por conta disso, existe



justamente o relatório preliminar, Deputado André Fernandes. Ora, como eu vou acusar o Deputado André Fernandes, e ele já estará respondendo ao processo, sem eu apresentar nenhuma prova, nenhum indício de que ele tenha cometido algum delito, Deputado Leão? Não é assim que a coisa funciona. O Conselho de Ética é muito objetivo com relação a isso, Deputado Zucco.

Eu não vou utilizar o tempo todo, Sr. Presidente. Quero apenas fazer um questionamento. Quem é o Senador Rogério Carvalho? É um Senador do PT que desrespeitou várias pessoas na CPI de Enfrentamento da Pandemia, no Senado Federal, senhores! A palavra dele tem credibilidade para acusar um Deputado do PL? É lógico que não, porque se trata de uma causa do interesse dele, amigo! Ele não vai ter imparcialidade, Deputado Chico Alencar. Mas eu respeito seus argumentos.

Deputado Marcos Pollon, a Senadora Soraya Thronicke acusou um assessor do Líder da Oposição de tê-la agredido. Imaginem se não fossem as redes sociais, Deputado Chico Alencar! Imaginem se as pessoas não filmassem! Hoje o assessor do Deputado Carlos Jordy estaria esperando a cadeira elétrica ou a forca, Deputado Abilio Brunini, Deputado Zucco, Deputado Gustavo Gayer. Graças a Deus, filmaram aquela ação! Se não o tivessem feito, a versão da Senadora seria a verdadeira, Deputado Mário Heringer, bem como a do Deputado do PT de Minas Gerais, do seu Estado, o Deputado Rogério Correia. Ela mentiu! Mesmo com as imagens, continuou mentindo, justamente para tentar trazer este debate. Aqui não se pode mentir. O ex-Deputado Eduardo Cunha caiu porque mentiu na CPI. V.Exas. se lembram disso. Parlamentar não pode mentir, Deputado Abilio Brunini.

Portanto, o Deputado Abilio Brunini não cometeu nenhum tipo de irregularidade. Não há prova nenhuma contra ele. É muito simples acusar uma pessoa, mas é preciso prova.

Por isso, nós votamos pelo arquivamento da ação preliminar imputada ao Deputado Abilio Brunini, porque não há nenhuma prova concreta das acusações que ele sofreu.



Como eu disse, Presidente, não vou utilizar todo o tempo. Dou-me por satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Obrigado, Deputado Cabo Gilberto Silva.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Relator, demais pares membros desta Comissão, eu sou obrigado a laurear o voto do Deputado Mário Heringer.

Na ocasião, enquanto o proferia, tomei o cuidado de buscar, na Internet, a formação de V.Exa. e me surpreendi ao ver que vem das cátedras de medicina. Os advogados somos muitos nesta Comissão. Eu me surpreendi com o cuidado que V.Exa. tem com algo que hoje, infelizmente, no nosso País, tem sido relegado ao esquecimento: o devido processo legal, este valor abstrato quase esquecido no Brasil, mas que V.Exa. traz à baila, de maneira magistral.

Com toda a vênua ao Deputado Chico Alencar, que me antecedeu e que, em mais uma reunião, ressalta seu desejo de ver o processo tramitar e reitera, uma vez mais, que não é o processo condenação, isso me faz recordar trecho de Eça de Queiroz, quando escreveu *Os Maias*: "*O que quer Alencar de Alenquer?*" Neste caso, faço uma licença poética: ele quer processo, ele quer que o processo tramite. No entanto, olvida nosso colega que o processo é um mal em si mesmo. Estar sob o jugo de um processo não é, nunca foi, nem será agradável. Lembro as cadeiras da Faculdade de Direito quando, no 1º ano, fui convidado a conhecer as linhas do processo de Kafka. Você sente aquele turbilhão e aquela angústia impagável de um processo sem fato e sem acusação, um processo que massacra, linha pós linha, de maneira poética e magistral, o que se compreende como devido processo legal.

Eu me sinto quase com a alma embalsamada em poder ombrear com V.Exa. e perceber que temos Parlamentares que valorizam tamanho valor jurídico que é o devido processo legal, pois, ao olvidarmos este princípio básico, abriremos mão do



próprio Estado Democrático de Direito. Não há democracia, não há nenhum resquício de civilização, sem o devido processo legal, que nada mais é do que o escudo que protege o cidadão comum do poder jus persecutório do Estado. Com maior razão, ele deve se fazer presente nesta Comissão, porque aqui julgamos nossos pares.

Que árdua missão, Relator, julgar nossos pares! V.Exa. faz isso com uma leveza e uma técnica que eu lhe digo que fico muito, mas muito feliz em poder ombrear com V.Exa., independentemente de partido. Saibamos que existem coisas que vão além dos partidos! Existem coisas que vão além do Governo. Existem coisas que são políticas para as gerações, e não para as próximas eleições, valores que nós não podemos olvidar. Não podemos ultrajar.

A importância da delimitação do fato é condição *sine qua non* para qualquer procedimento. V.Exa. foi bem claro, consultou o Presidente daquela Comissão. Buscando provas, não se vê a gravação que espanta, de uma vez por todas, quaisquer dúvidas razoáveis sobre a existência ou não do fato, o que impede a própria delimitação do fato, o que, por si só, impede o prosseguimento de qualquer procedimento.

Não bastasse a falta de materialidade, e a própria questão de o Presidente ter dito das suas impressões e o que investigou, esteve presente também a autocrítica do meu colega Abilio, que, como disse, é arquiteto formado e tem vários professores e pessoas de sua autoestima que não mede por opção sexual ou qualquer coisa do gênero.

Ora, a acusação que paira sobre o colega que está à minha destra é a de, supostamente, ter dito: "*Está a oferecer serviço?*" Creio que tenha sido esta a frase. Ora, *mutatis mutandis*, eu, nesta ocasião, estou a oferecer serviço de advogado, por crer que o relatório é a medida mais justa apontada. O Deputado que me antecedeu, com a mais digníssima máxima vênias, ofereceu o serviço de acusador, por entender que haveria outra solução mais adequada. Percebam que, ainda que se admitisse a existência da frase em questão, não há, em seu bojo, conteúdo



pejorativo, conforme fazem pensar os acusadores. Vou além. Da mesma forma que temos que cuidar para que a violência em relação às mulheres ou a quaisquer outras pessoas, decorrente do mais abjeto e sujo preconceito, não exista neste Parlamento, devemos repugnar, com o mesmo grau, a utilização de matéria tão grave como forma de vitimização e de perseguição dos pares.

Não digo que isso tenha acontecido neste feito, mas abomino a possibilidade de algumas pessoas utilizarem sua condição de raça, cor, credo ou gênero para imputar, sob quaisquer aspectos, aos colegas violências que não ocorreram. Como já vi na última reunião, só pelo fato de uma Parlamentar ter sido advertida de que, se tumultuasse o feito, seria trazida ao foro competente, que é este aqui, acusou o Deputado de violência política de gênero.

Ora, um elemento procedimental natural, em que nós temos a competência e a importância de trazer tranquilidade a esta Casa, a simples advertência respeitosa de que este procedimento existe ser usada com um discurso de que isso é violência de gênero significa usurpar algo grave para se vitimizar. Que nós não permitamos que isso aconteça!

Por fim, mais uma vez, laureando seu relatório, digníssimo Deputado Mário Heringer, digo que me traz alívio à alma ver que nós temos Parlamentares efetivamente preocupados com o devido processo legal.

Para encerrar, digo que, ainda que essas palavras tivessem sido proferidas inequivocamente, não compõem conteúdo pejorativo suficiente a gerar qualquer juízo persecutório aos colegas Parlamentares.

Agradeço muito e encerro meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Marcos Pollon.

Tem a palavra a Deputada Jack Rocha.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, Sr. Relator Mário Heringer, para mim é uma alegria imensa sempre aprender com sua sabedoria e, ao mesmo tempo, chamar à realidade



aquele que é nosso papel neste Conselho de Ética. Eu ouvi atentamente a defesa do Deputado Abilio Brunini, nosso colega eleito. Às vezes, ocorrem trocas. Certa vez, o próprio Deputado Brunini me perguntou o que seria uma câmara de identificação, de heteroidentificação, aferida, por exemplo, em concursos públicos, quando falamos de cotas de gênero, de raça. Eu acho que estamos aqui no Parlamento defendendo as nossas posições, defendendo as nossas bandeiras, mas, ao mesmo tempo, com certo cuidado, porque, dentro do arcabouço legal jurídico, também precisamos ver que a própria legislação evolui. Antes, por exemplo, se formos falar aqui da Lei do Ventre Livre ou da lei abolicionista, era moral escravizar pessoas, chicoteá-las, assim como era aceita também, dentro do processo moral do Brasil, até pouco tempo atrás, eu diria até quase 3 meses atrás, a tese da legítima defesa da honra, enquanto, em 2015, nós aprovamos aqui a Lei do Femicídio no Brasil.

Então, quando o Brasil, quando a Câmara aprova uma lei sobre o contexto do que é transfobia, do que é realmente uma violência política, a partir de 2021, ela fala que a legislação evoluiu a tal ponto, que passa a reconhecer determinadas posições e posturas que até então eram normalizadas. Volto a dizer: se era normal termos leis que protegiam outras pessoas aqui, escravizadores, por exemplo, exploradores, hoje existem legislações a favor das ditas minorias. Dentro dessas ditas minorias, pela primeira vez na história, em 2023, na 57ª Legislatura da Câmara, é criada, por exemplo, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

Quando se volta para políticas públicas relacionadas a questões identitárias e setoriais, elas não podem, por exemplo, ser maiores pela imposição ou não podem querer impor determinado pensamento, no jurídico inclusive, como se não houvesse uma abordagem desses outros temas.

Eu inclusive admiro a elaboração dos meus colegas que defendem o Estado Democrático de Direito, mas esse Estado Democrático de Direito adverso. Nesse



Estado Democrático de Direito cabe todo mundo. Aliás, dentro do Estado Democrático de Direito precisa caber o Estado laico, e, dentro dele, a diversidade.

Talvez a principal pergunta, nobre Relator, dentro do seu relatório, que é hoje pelo arquivamento... V.Exa. encontrou elementos que também poderiam dar prosseguimento ao processo, bem como disse: *"Eu tenho aqui dois votos"*. Significa que não existe, então, unanimidade de pensamento e, principalmente, uma questão relacionada à coerência do que aconteceu no ambiente daquela Comissão, da CPI do 8 de Janeiro, da CPMI do Golpe, e no entorno.

Talvez até pudéssemos nos levar por uma questão e perguntar: *"Por que, Deputado Chico, pela primeira vez, nós só temos aqui as duas primeiras mulheres identificadas como trans na história do Congresso Nacional, da Câmara?"*

Mas o que eu quero deixar aqui registrado é que, nessa sua outra possibilidade de voto, pelo prosseguimento, inclusive justo, com os argumentos que V.Exa. fez pelo arquivamento, todos nós aqui estamos para representar inclusive essa parcela que, dentro do arcabouço jurídico, Sr. Presidente, tem o direito também de se visibilizar e de se servir também de defesa.

Portanto, eu acho muito louvável que o Deputado Abilio Brunini elenque que os professores dele tiveram uma responsabilidade muito grande pela reflexão que ele fez, posterior ao episódio.

Eu encerro dizendo isto: vivam os professores e professoras brasileiros, que têm que lidar com determinadas condições no seu dia a dia para mostrar que existem diferenças, que existe diversidade e que, para além do nosso Estado Democrático de Direito, esse Estado é constituído por um país laico, diverso e soberano.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço à Deputada Jack Rocha.

Tem a palavra o Deputado André Fernandes. *(Pausa.)*

S.Exa. não se encontra.



Encerradas as discussões, passo a palavra ao Relator, para a réplica, por até 10 minutos.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, foi muito bom ter ocorrido essa discussão, até porque alguma coisa poderia pairar como dúvida quanto à minha decisão final, ao escolher o voto.

Deputada Jack Rocha, eu cheguei aqui em 2002. Aliás, fui eleito em 2002 e cheguei aqui em 2003. Em 2004, eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Naquela ocasião, nem deliberar deliberávamos. Aquela era uma comissão só temática, não tinha nada. Eu tenho certeza absoluta de que, daquela ocasião para cá, nós contribuimos muito para esse trabalho, para avançar exatamente na questão da "despreconceitualização" da política no Brasil. V.Exa. pode ter certeza absoluta disso. Esse foi meu carinho sempre, muito especial.

V.Exa. acabou de citar que nós temos duas Deputadas transexuais. Uma delas é do meu partido, veio de Minas Gerais, vota comigo, é minha amiga pessoal, a Deputada Duda Salabert. Eu até poderia adotar uma posição para proteger determinada afetividade, que é verdadeira — eu tenho afetividade por ela, eu gosto dela —, mas o que eu fiz aqui foi uma coisa muito — e pode parecer que não, e eu sou médico —, muito mais técnica do que sentimental.

A representação é muito ruim, é mal feita, não cita o fato específico. O Deputado Chico, meu amigo de longa data, amigo mesmo — eu gosto muito do Deputado Chico —, citou: "*Ouviu-se no vídeo ou na fita*". Eu não vi essa fita ou esse vídeo. Eu fui ao Presidente da Comissão, da CPI, e ele disse para mim: "*Mário, eu não encontrei nada*". Se ele tem o poder de comissão, se ele botou para investigar e se ele não encontrou nada, não sou eu que posso ter essa função. Essa função não é minha. A minha função não é investigativa. A minha função, neste caso específico, é definir se continua ou não um processo. Agora, sobre as pessoas que estão incomodadas, que às vezes se incomodam com essas decisões, é importante que a minha experiência as ajude um pouquinho, mesmo que eu tenha o mesmo tempo de experiência do Deputado Chico. Nesse aspecto, se V.Exas. quiserem



efetivamente que esses processos tenham continuidade, Deputado Chico, não é aqui que devem começar, é na Corregedoria. A Corregedoria tem possibilidade de investigar. Pularíamos essa etapa, e Mário Heringer não estaria aqui com um relatório de admissibilidade. Isso é simples. Então, quando V.Exas. quiserem parar com a briga de galo — desculpem-me, mas agora é para todo mundo, porque estamos falando disso desde o início —, ou estudam o Regimento ou botam juízo na cabeça. Eu não vou ser massa de manobra de ninguém.

Eu vou deixar bem claro que tenho o mesmo sentimento, que o sentimento que eu tenho neste momento é o mesmo sentimento que eu tenho sobre a acusação que fizeram contra cinco Deputadas e que vou estar aqui para defendê-las com a mesma veemência com que estou defendendo agora, porque isso é questão de justiça e de direito. Se não sabem fazer direito, não peçam o presente certo. Não vão tê-lo.

Era isto que eu queria deixar muito claro: eu não vim aqui para promover disputa, e não estou aqui em causa. Eu não quero que o meu relatório seja aprovado ou reprovado. Isso não é meu, isso é um trabalho que eu fiz, com toda a certeza de que estou fazendo um trabalho isento. Não conheço o Deputado Abilio Brunini. Não conversei com o Deputado Brunini. Eu me encontrei com o Deputado Brunini hoje, quando nós chegamos. Ele parou perto de mim, conversamos um pouquinho, falamos abobrinha. Não o conheço, não conheço a Deputada Erika Hilton. A presença dela aqui... Talvez, se ela tivesse chegado... Mas eu não ouvi a Deputada Erika Hilton em momento nenhum dizer que ela ouviu, que ela viu. Eu tinha dúvida? Sim. Por que eu tinha dúvida? Pelo passado e pelas histórias que o Deputado Brunini já tem. Ele é provocador, ele às vezes é intransigente, mas isso não estava em causa. A minha dúvida era só quanto a isso, não era dúvida quanto ao processo em si.

Eu quero encerrar dizendo para V.Exas. o seguinte: *"Votem à vontade. O meu voto está aí para ser submetido à avaliação de vocês"*.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, querido amigo e nobre Relator, Deputado Mário.

Indago ao Deputado Abilio Brunini se deseja ainda fazer uso da palavra.
(Manifestação no plenário.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Presidente, estão pedindo que eu fale agora.

Presidente, eu só quero deixar registrado que eu tenho um ótimo relacionamento com a Deputada Jack Rocha. Temos uma ótima convivência. Eu me solidarizei com ela inclusive no dia em que apresentaram o pedido. Nunca a desrespeitei e acho que temos um bom convívio. Acho que isso é muito importante. Temos ideologias totalmente diferentes, visões políticas totalmente diferentes, mas isso nunca vai ser uma justificativa para agredir, para ofender. Nunca. Ter visões políticas diferentes não é justificativa para partir para a ofensa. Isso não ocorreu, nunca ocorreu, tanto que temos um ótimo relacionamento.

Com o Deputado Chico Alencar eu brinco quase todos os dias. Com ele tenho um relacionamento — e talvez seja uma ilusão minha, Deputado Chico —, da minha parte, um relacionamento muito saudável. Eu não o desrespeito, eu o trato com respeito, sempre o fiz. Não sei se cheguei alguma vez a ofendê-lo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Não? Então, está bem.

Sempre o tratei com muito respeito e eu faço isso com todos.

Então, eu só quero dizer que, se houvesse qualquer motivo ou justificativa ou materialidade que pudesse comprovar uma acusação nesse sentido, eu tenho certeza de que o próprio Relator colocaria no seu parecer e faria a condução pela abertura, se houvesse materialidade para isso. Não é o caso.

Eu agradeço mais uma vez a todos e digo que sou um pouco polêmico, Presidente, mas isso não é motivo para terem tanto ódio de mim.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputado.

Passa-se à votação.

Neste momento, declaro iniciada a votação nominal do parecer preliminar do Deputado Mário Heringer, aprovado se obtiver a maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Os Deputados que registraram presença neste plenário poderão votar pelo aplicativo Infoleg.

Quem concorda com o parecer preliminar do Relator pelo arquivamento da Representação nº 18, de 2023, vota "sim". Quem discorda do parecer do Relator vota "não".

Está aberto o painel para a votação nominal do parecer preliminar do Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) - Presidente, quero fazer um agradecimento ao Consultor Daniel Chamorro Petersen, que me ajudou com este trabalho. Foi um trabalho primoroso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Reitero que quem concorda com o parecer preliminar do Relator pelo arquivamento da Representação nº 18, de 2023 vota "sim" e quem discorda do parecer do Relator vota "não".

Registro que está aberto o painel para a votação nominal.

Aqueles Parlamentares que registraram presença neste plenário poderão votar pelo aplicativo Infoleg.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Deputado Abílio, vou encerrar a votação. Pode ser? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*



Concluído o processo de votação, na qualidade de Presidente do Conselho de Ética, proclamo o resultado da votação: 11 votos favoráveis ao parecer preliminar do Relator; 2 votos contrários ao parecer preliminar do Relator; nenhuma abstenção.

Declaro aprovado o parecer preliminar do Relator, o Deputado Mário Heringer, pelo arquivamento da Representação nº 18, de 2023, do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, em desfavor do Deputado Abilio Brunini.

Em conformidade com o art. 14, § 4º, inciso III, do Código de Ética, o pronunciamento do Conselho pela inépcia ou falta de justa causa da representação, admitido apenas na hipótese de representação de autoria de partido político, nos termos do inciso III do art. 9º, será terminativo, salvo se houver recurso ao Plenário da Casa, subscrito por um décimo de seus membros, observado, no que couber, o art. 58 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Comunico ao Deputado Abilio Brunini a decisão do Conselho de Ética.

Passamos ao quarto item da pauta.

Item 4. Leitura, discussão e votação do parecer preliminar do Deputado Gutemberg Reis, Relator do processo referente à Representação nº 19, de 2023, do Partido dos Trabalhadores, em desfavor do Deputado André Fernandes.

Comunico ao Deputado André Fernandes que o Relator não se encontra presente, o que torna prejudicado o quarto item.

Item 5. Leitura, discussão e votação do parecer preliminar do Deputado João Leão, Relator do processo referente à Representação nº 21, de 2023, do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, em desfavor do Deputado Zucco.

O Deputado Zucco apresentou defesa prévia em 11 de outubro de 2023.

Convido o Relator, o Deputado João Leão, para compor a Mesa.

Registro a presença do Deputado Zucco no plenário do Conselho de Ética.

Passo a palavra ao nobre e querido amigo Deputado João Leão, o Relator, para a leitura do seu relatório.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Meu caro Presidente, eu quero, em primeiro lugar, dar os parabéns ao Relator que me antecedeu, o Deputado Mário



Heringer, pelo brilhante relatório que fez e dizer algumas coisas, como as que ele disse aqui.

Nós precisamos acabar com esta guerra nesta Casa. Esta guerra precisa terminar, principalmente aqui no Conselho de Ética. No Conselho de Ética, nenhum de V.Exas. é membro de partido político. Nós somos aqui julgadores. Nós estamos julgando de acordo com a nossa consciência.

Vou dar um exemplo: eu tenho aqui um velho colega meu, o Deputado Chico Alencar.

Deputado Chico, ouça o que eu estou falando. Vou lhe fazer um elogio, amigo. V.Exa. é uma pessoa que tem um comportamento ético sensacional nesta Casa. V.Exa. diz as coisas que quer dizer sem agredir absolutamente ninguém. Isso é de esquerda.

Poderia mencionar, de esquerda também, o Deputado Mário Heringer, do PDT.

O PDT não é mais de esquerda, o PDT agora é do Centro. Não é mesmo?
(Risos.)

O Deputado Mário Heringer também é uma figura maravilhosa, meu colega aqui por tantos anos.

Agora vou falar dos novos, como o Deputado Marcos Pollon, que aqui está. Vejam essa figura maravilhosa.

Deputado Marcos, V.Exa. está dando um banho, está fazendo um mandato excepcional, com ética, com moral, respeitando os colegas.

Outro dia eu disse neste Conselho de Ética o que meu pai dizia: "*O meu direito vai até onde se encontra o seu direito*". Então, nós temos que respeitar o direito das pessoas. Se o cara é transexual, ele é transexual. Deixem ele lá com a opção trans dele! Ora, é uma opção dele! A opção não é minha! Ele não está me levando a ser trans.

Então, é uma questão, realmente, de cada um respeitar o direito de cada qual.

"Parecer preliminar



I - Relatório

O presente processo disciplinar origina-se da Representação nº 21, de 2023, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em desfavor do Deputado Zucco (Republicanos/RS), por alegada quebra de decoro Parlamentar.

Segundo consta da peça inicial, o Deputado representado teria, na condição de Presidente da CPI do MST, em diversas ocasiões, cortado a palavra de Parlamentares mulheres, mais especificamente das Deputadas Sâmia Bomfim" — aproveito o momento para dar os meus sentimentos à Deputada Sâmia Bomfim pela perda do irmão, em nome deste Conselho de Ética e em nome desta Casa. São os sentimentos de todos nós Parlamentares à figura da Deputada Sâmia Bomfim —", Fernanda Melchionna e Talíria Petrone, sendo que o mesmo comportamento não foi adotado no caso de '*diversos episódios lamentáveis protagonizados pelos homens da extrema direita*'.

Alega o representante que, com essa conduta, o representado violou os arts. 3º, incisos II e IV, e 4º, incisos I e VI, todos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Requer, por isso, que seja aplicada ao representado, ao final do processo disciplinar, a pena de perda de mandato.

É o breve relatório."

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Tem a palavra o Deputado Zucco, para sua defesa, por 20 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos se assim o desejar.

O SR. ZUCCO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Obrigado, Presidente Leur Lomanto Júnior. Muito obrigado, Relator João Leão.

Primeiro, quero prestar meus sentimentos à Deputada Sâmia Bomfim. Desejo que Deus fortaleça a família de S.Exa.

Presidente, eu vou fazer uma fala muito breve, até pela experiência que V.Exa. tem à frente da Presidência. Eu quero me ater somente a alguns pontos que julgo importante serem mencionados.



Durante todo o trabalho da CPI, ainda que diante de ações que jamais considero dignas de uma boa atuação parlamentar, sempre me ative ao que prevê o Regimento Interno. Jamais cortei a palavra de um Parlamentar para cercear o direito à fala, e sim para manter a ordem dos trabalhos, que precisavam evoluir. Todos os Presidentes de Comissão, nesta Casa, usam dessa prerrogativa ao terem os trabalhos tumultuados por seus colegiados.

Eu disse que ia ser breve e realmente vou ser, Presidente.

Também fiquei surpreso com esta ação. Tenho grande respeito às divergências de ideologia, mas o senhor também tem a ajuda de uma consultoria muito técnica, e eu assim o fiz. Em todos os momentos que precisei, utilizei do Regimento Interno, inclusive, porventura, para que os trabalhos seguissem da melhor forma possível.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Zucco.

Devolvo a palavra ao Relator, Deputado João Leão, que proferirá seu voto, que se encontra lacrado.

Solicito à Secretária que distribua o voto aos presentes.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Senhores, volto a dizer: os ânimos, nesta Casa, estão muito exaltados. Precisamos nos acalmar. Quando começamos o Conselho de Ética, aqui os ânimos estavam totalmente exaltados — não é isso, Deputada Jack Rocha? Os ânimos estavam exaltados! Estou certo ou estou errado, Deputado Abilio Brunini? Era uma coisa horrorosa, horrível! Aí a coisa começou a assentar, começou a acalmar. Hoje, estamos realmente funcionando como juízes, o que é uma coisa importantíssima. É esta a nossa função no Conselho de Ética.

Vamos ao voto.

"II - Voto

Compete ao Conselho de Ética, neste momento, analisar a aptidão e a justa causa da representação.



Quanto à aptidão, a inicial foi subscrita pelo Presidente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido político legitimado para oferecer representação por quebra de decoro parlamentar (art. 55, § 2º, da Constituição Federal).

O representado é, por sua vez, detentor de mandato de Deputado Federal e encontra-se no exercício de suas funções. É, por isso, legitimado para figurar no polo passivo da demanda.

A peça inicial descreve, de forma clara, os fatos cuja apreciação se pretende. Dessa forma, não há que se falar em inépcia formal da inicial.

Porém, ao se analisar os fatos descritos na inicial, constata-se que não há justa causa a justificar o prosseguimento do feito.

De fato, conquanto possamos discordar da atuação do Parlamentar representado, não há como afastar o fato de que a sua conduta está albergada pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Afinal, os Deputados só podem usar da palavra durante as reuniões das Comissões quando concedida a autorização pelo Presidente, que pode, em determinadas circunstâncias, advertir, interromper o orador ou até mesmo retirar-lhe a palavra. Afinal, a ele é atribuída a responsabilidade por manter a ordem das reuniões.

É o que se extrai da leitura do art. 41, incisos II, VII, VIII e IX, todos do Regimento Interno.

Ademais, registre-se que os fatos ocorreram durante as reuniões realizadas pela CPI do MST, envolvendo atores pertencentes a agremiações diametralmente opostas que, rotineiramente, travam embates político-ideológicos."

Aqui eu faço um comentário. Uma CPI do MST é realmente uma CPI difícil de ser controlada por seu Presidente. Isto não está no meu voto, eu estou fazendo aqui uma constatação.

"Assim, ainda que se possa discordar da atuação do representado ou da forma como foram exercidas as suas prerrogativas de Presidente da Comissão, não há como chegar a outra conclusão senão a de que não houve, no caso, ofensa ao decoro parlamentar.



Dessa forma, diante da inexistência de justa causa, mostra-se imperiosa a finalização deste expediente ético-disciplinar.

III - Conclusão

Ante o exposto, por ausência de justa causa, voto pela inadmissibilidade da presente representação proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em face do Deputado Zucco (Republicanos/RS) e, por conseguinte, pelo arquivamento do presente feito.

Sala do Conselho, em 24 de outubro de 2023.

Deputado João Leão, Relator."

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao nobre Deputado João Leão.

Declaro aberta a discussão da matéria.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Sr. Presidente, demais colegas, em primeiro lugar, deixo o meu agradecimento em nome da Deputada Sâmia Bomfim, que vive um momento muito devastador em sua vida — perdeu um irmão naquelas circunstâncias, que, aliás, estão vivas no Rio de Janeiro, onde o controle das milícias, agora associadas ao tráfico, é terrível e desafia a todos nós. Então, eu quero agradecer. Ela está de licença, acompanhando os pais, até o mês de novembro.

Isso revela que nós temos, apesar de todo o estresse da disputa política, um elemento humano fundamental aqui. Eu acho que não se deve demonizar ninguém, por mais que a ideologia seja diferente.

Todo o processo aqui tem uma proximidade com o processo judicial, criminal, penal, mas não o é literalmente. Ele é jus-político ou judicialiforme. Então, entendo que algumas dessas representações, e insiro a que nós do PSOL fizemos contra o Deputado Tenente-Coronel Zucco, se deram no calor da disputa da CPI do MST, com muita emoção — com muita irracionalidade até, às vezes.



No caso do Deputado Tenente-Coronel Zucco, a acusação que gerou a representação é de que ele teve um comportamento homofóbico, porque advertia as mulheres cortando a sua palavra, e não os homens.

A representação nossa se refere a isso, a seguidas... Ah, desculpe-me, eu me enganei. É misógino. Perdão. Obrigado pelo alerta.

Mas me refiro à interrupção da fala, sobretudo da Deputada Sâmia.

Eu vou votar pelo prosseguimento da representação, mas reconheço que temos que encontrar um caminho de nova postura, como o Deputado Relator João Leão trouxe. E acho, apesar de tudo, porque de vez em quando a chapa esquenta, que temos avançado nesse sentido, no bom debate.

Quero destacar também que, quando um Ministro é convidado ou convocado para vir a esta Casa, ele deve vir, porque, se houver desrespeito na hora, se houver ofensa, ele denuncia e fala isso. Nós aqui temos que ser a Casa da civilidade, do dissenso, do embate político, por mais violento que seja, no verbo. A imunidade parlamentar garante a nossa palavra, desde que não seja ofensiva. A imunidade não é ilimitada nem mesmo para os discursos, mas sabemos bem o limite.

Então, eu acredito que a representação traz aquilo que reputamos como uma postura misógina, porque, de fato, quanto à CPI — eu não fazia parte dela —, eu vi alguns depoimentos de Deputados que atacavam muito o MST, às vezes desbordando um pouco da norma parlamentar.

De qualquer forma, eu respeito o voto do Relator. Gosto sempre de explicitar o meu voto, que será contrário, pelo prosseguimento feito, para refletirmos mais sobre as nossas posturas aqui. De fato, isto é verdade, nós temos um machismo estrutural dentro de todos nós, e é preciso combater isso. Isso não significa dizer que toda reclamação de mulher está inscrita nessa postura estrutural do machismo, mas temos que ter muita atenção, porque basta ver a quantidade de representação das mulheres aqui na Câmara, que é completamente desproporcional à sua presença na sociedade. Temos que avançar nessa direção.



A representação tem esse sentido de alerta ao representado e a cada um de nós sobre as nossas posturas, muitas vezes machistas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputado Chico.

Com a palavra o Deputado Gustavo Gayer.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero agradecer ao querido colega Deputado João Leão, Relator, e parabenizá-lo pelo excelente relatório.

Esta é a sétima ou oitava sessão desta Comissão de que eu participo, e um assunto tem sido muito recorrente aqui: a instrumentalização desta Comissão como uma extensão da polarização que existe dentro do Congresso.

E eu queria ir mais a fundo, inclusive, nesse assunto, porque, dentro dessa instrumentalização desta tão importante Comissão de Ética, foi criada uma espécie de dispositivo que está sendo usado constantemente também, principalmente contra Parlamentares homens. Aqui eu digo a V.Exas. o seguinte. Durante a fala do Relator anterior, o Deputado Mário Heringer, ele disse que não poderíamos culpar aquelas cinco mulheres que chamaram mais da metade do Congresso de assassinos porque elas estavam apenas tendo um momento de insanidade. Estas foram as palavras do Relator: elas estavam tendo um momento de insanidade.

Por que eu estou me referindo a esse trecho da fala do Relator anterior? Porque pela fala dele, se ele fosse um Deputado do PL, estaria agora sendo representado neste Conselho de Ética. Ao defender mulheres, ele estaria sendo representado aqui, se fosse um Deputado do PL. Se fosse um Deputado da Direita ou do dito e incansavelmente repetido bolsonarismo, ele não teria perdão ao associar mulheres com o momento de insanidade.

O que eu estou falando é que hoje fica muito difícil debater com qualquer mulher neste Parlamento, quando, da mesma forma que nós debatemos ou temos algum combate de argumentos com outros homens, é tratado como normalidade;



mas, quando isso acontece com mulheres, elas imediatamente usam o dispositivo da violência de gênero e nos colocam numa situação, muitas vezes, em que nós não podemos defender os nossos pontos de vistas, principalmente Deputados do PL ou da Direita, porque, imediatamente e com apoio de grande parte da imprensa brasileira, nós seríamos retratados como machistas, misóginos ou qualquer outro adjetivo que eles usam incansavelmente também.

Isso está tornando cada vez mais difícil o debate político no Congresso. Eu trago isso à tona não só para defender o Deputado Zucco, mas para fazer um alerta a todo o nosso Congresso de que algo precisa ser feito.

O Deputado que me antecedeu, que eu também respeito e que sempre usa palavras sensatas, uma pessoa bem ponderada, que tem a minha admiração na sua forma de postura, que é o Deputado Chico Alencar, falou algo que é verdade. Está sendo desproporcional a quantidade de representações feitas por mulheres nesta Casa contra homens sempre usando a violência de gênero, quando elas são contra-argumentadas em qualquer embate político; mas, quando uma Deputada de 1 metro e 55 centímetros do PL é "encoxada" e tem o seu pescoço cafungado por um Deputado da Esquerda, estas mesmas mulheres da Esquerda ficam contra a Deputada.

A situação aqui, e aí eu uso a palavra do caro Relator que me antecedeu, o Deputado Mário Heringer, está insana, está ficando cada vez mais difícil. Até mesmo ao defender o que nós acreditamos, algum trecho da nossa frase pode ser usado como violência de gênero.

Eu participei da CPI do MST, fui a todas as sessões e eu digo que o Presidente da CPI, que foi o Deputado Zucco, teve uma das *performances* mais brilhantes e ponderadas diante do embate que estava acontecendo entre as bancadas. Qualquer outro Deputado, qualquer outro Parlamentar, não sei se teria conseguido fazer aquele malabarismo e proporcionar momentos de fala para todos os outros Parlamentares e os colegas, como ele tentou fazer. Só que aí vem uma ferramenta que eles estão usando, e eu vou falar isso em alto e em bom som para que fique



registrado: a Esquerda e, principalmente, o PSOL entenderam que podem colocar mulheres na linha de frente que são extremamente combativas, e elas entendem como funcionam, elas tentam de todas as formas instigar uma reação do Parlamentar do espectro político adverso para imediatamente usar isso para representar essa pessoa no Conselho de Ética.

Existe uma fórmula — que fique bem claro, amigos, aqui do Conselho de Ética —, existe uma fórmula, existe um esquema que está sendo usado por eles: *"Vamos sentar lá, vamos espezinhá-los, vamos irritá-los até que eles reajam e, ao reagirem, vamos usar a violência de gênero a nosso favor"*.

E, nisso, fica essa bandeira da virtude sendo hasteada constantemente. Eu vejo que muitos Parlamentares, embora vejam claramente que é um esquema que está sendo arquitetado por parte da Esquerda, ficam naquela questão: *"Nossa, mas se eu não ficar do lado da mulher, a imprensa ou os colegas vão achar que eu sou machista ou misógino"*. E, como eles mesmo dizem, nós vivemos numa sociedade machista, o que eu discordo completamente.

Do meu ponto de vista, homem e mulher viveram em parceria ao longo de toda a existência da humanidade, cada um usando das suas atribuições mais realçadas para alcançar um objetivo comum, que é a sobrevivência e a proteção da família. Eu não acredito que, ao longo da história da humanidade, a mulher foi oprimida pelo homem malvado. Todos nós sofremos ao longo da história da humanidade. E foi a parceria entre o homem e a mulher que fez com que a nossa sociedade chegasse a esse nível em que nós estamos hoje.

Só que existe uma ideologia que coloca um contra o outro. Existe uma ideologia que está constantemente tentando instigar o ódio entre homens e mulheres. E essa ferramenta, sendo usada dessa forma extremamente desonesta, perversa, está acabando com a dinâmica desta Casa, que é a do debate político. Hoje, eu tenho certeza de que qualquer Deputado aqui — e não precisa ser do PL, não, pode ser até mesmo o Presidente ou o Relator —, ao querer contra-argumentar o que uma mulher Parlamentar fala, pensa duas vezes. Eu tenho certeza disso,



porque, se uma vírgula for colocada fora do lugar, ele terá sua reputação destruída. Mas não há esse medo ao debater com um homem. Isso tira a equidade do debate completamente.

Eu tenho certeza de que nós vamos arquivar essa representação, porque ela não faz o menor sentido. E, de agora em diante, nós poderemos passar uma mensagem clara para este Congresso. Todos aqui são iguais, iguais inclusive na efetividade do debate — e o quão acirrado é um debate. Não poderá ser usada mais carta da virtude ou do gênero para dizer que você pode atacar um Deputado, mas não pode ser argumentado por ele. Isso está acabando com a dinâmica da Casa dos Deputados.

É só isso que eu gostaria de falar. E, mais uma vez, agradeço ao Relator pela brilhante relatoria, e que nós possamos arquivar essa representação o mais rápido possível. Que a mensagem fique clara: este Conselho de Ética não será usado como um instrumento para essa batalha política.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Gayer.

Tem a palavra a Deputada Jack Rocha.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar também o Deputado João Leão pelo excelente trabalho, pelo excelente relatório.

Sr. Presidente, Sr. Relator, tenho sido testemunha do nosso esforço aqui também coletivo, enquanto bancada, desde o primeiro momento, para podermos recuperar a nossa capacidade de dialogar e analisar cada fato que chega aqui dentro desta Comissão. Então, aqui não é a extensão do que ocorre do lado de fora, mas é claro que aqui é a extensão dos problemas complexos sobre os quais nos debruçamos. E, muitas vezes, a maioria dos processos do Conselho de Ética que chegaram até aqui diz muito mais por uma questão também comportamental.

Nós já tivemos pessoas levando reprimenda inclusive do Presidente da Casa pelos excessos cometidos aqui. Já houve situações em que um Parlamentar partiu



para cima do outro. Essa questão do debate acalorado, Chico, não ficou só na trincheira do microfone, mas acabou ultrapassando inclusive um pouco a questão da trincheira do microfone. E o que revelou, inclusive dentro da própria CPI do MST, e aqui eu quero reiterar que há certa justeza — sabe, Zucco? —, porque você, no comando, efetivamente precisa manter a ordem, precisa manter o diálogo. Quantas vezes foi difícil para o nosso Presidente comandar o início de reuniões desta Comissão? Talvez não por nós membros, mas porque às vezes existem falas que tentam desestabilizar o pensamento do processo em si, que foi o que acabamos de ouvir aqui.

Nesse caso, daqui a pouco existirá um problema aqui no Congresso, como se os homens fossem sempre as vítimas e as mulheres, agressoras. Olhe bem o recado que estamos dando. Eu acho que nós... Inclusive o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, publicado há pouco tempo, mostrou o aumento de violência sexual entre crianças, por exemplo, de zero a 4 anos de idade, meninas, em sua grande maioria.

Quando falamos do enfrentamento da violência, quando falamos de pautas que são importantes, quando falamos de dar voz a um segmento que é específico, eu volto a dizer: a legislação avançou. E foi esta Casa que nos incluiu, sabe? Não somos intrusas.

Então, eu acho que tem que haver até certo cuidado, porque os Parlamentares vêm a esta Comissão de Ética muitas vezes querendo defender o colega e acabam, Presidente, recolocando um debate que não que deveria estar aqui. Sobre isso o nosso nobre Relator falou muitíssimo bem.

Portanto, eu gostaria muito, Deputado Zucco... Eu acho que a CPI do MST acabou tendo um resultado... É importante ressaltar que, dadas todas as posições políticas... Primeiro, eu acho que a não criminalização do Parlamento brasileiro... E nós temos lutado muito para isso. Eu acho que o nosso papel de Parlamentar é sagrado. Então, quando se gasta tempo só para poder atacar o outro, para fazer VT



ou para criar conteúdo para disseminar desinformação, ódio ou qualquer outra coisa, passa-se do limite daquele tipo de embate.

Por isso, eu tenho certeza de que as minhas três colegas — as Deputadas Fernanda Melchionna, Talíria Petrone e Sâmia Bomfim, com quem nos solidarizamos muito pelo processo que está passando agora — respeitam este Parlamento tanto quanto todos nós, todas nós que estamos aqui. E o queremos é este ambiente com capacidade de dialogar sobre os problemas do Brasil, seja por quem está na Situação, seja por quem está na Oposição.

Portanto, eu aproveitaria o momento, já que o Deputado que me antecedeu aqui quase voltou a ser vítima, para convidar cada um e cada uma de vocês — amanhã começa uma grande campanha, Brasil sem Misoginia — a pegar o celular e a gravar um vídeo, falando que vocês são contra a violência contra as mulheres.

Nós precisamos da ajuda de vocês homens também nesse contexto. Quando se fala de violência, não existe mulher de esquerda, não existe mulher conservadora. Existe a pauta feminina, existe a pauta da mulher. E, às vezes, as mulheres vêm para a Comissão de Ética com determinadas posições. O que temos tentado dizer é que, aprovadas as legislações, por exemplo, como violência política de gênero, isso se comete numa reunião muitas vezes de associação de moradores, que isso se comete dentro de uma plenária, dentro de uma assembleia. São gestos simples de cortar um microfone, de interromper uma fala, como vem acontecendo inclusive com a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, que não consegue presidir a sessão, porque toda hora é interrompida, há sempre um tumulto proposital.

Então, nós temos um desafio enorme, que é o de recolocar a Câmara para discutir os grandes desafios do Brasil. E sabemos que podemos contar o Deputado Zucco; podemos contar com o Deputado Leur Lomanto Júnior; podemos contar com o Deputado João Leão. Precisamos contar com os nossos colegas homens Parlamentares, para que possamos efetivamente dar uma resposta ao Brasil, que



está falhando nessa questão, quando falamos principalmente da violência contra as mulheres, contra as meninas.

Eu tenho certeza de que esse não é um papel só do Governo Federal, não é um papel só da Câmara, é um papel de toda a sociedade. Que possamos ser agentes mobilizadores deste novo momento de reconstrução!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputada Jack Rocha.

Deputado Abilio, V.Exa. abre mão?

Tem a palavra o Deputado Abilio Brunini.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Presidente, eu não vou abrir mão de falar porque esse caso tem um pouco a ver com o caso da CPMI.

Presidente, imagine se eu estivesse acusando o Deputado Maia por ele ter cortado a minha fala diversas vezes e de várias formas. Ele chegou até a pedir que eu saísse da sala, do ambiente. É claro que o Regimento não permite isso. Mas imagine se eu tentasse falar que a condução dele estava errada, simplesmente pelo fato de eu ser careca ou qualquer outra coisa nesse sentido.

A Sâmia, a Talíria e os outros Deputados do PSOL, orquestrada e intencionalmente, foram à CPMI para tumultuar, provocar o Presidente, provocar o Relator, tirá-los do sério, intencionalmente.

A diferença, Presidente, é a forma como os veículos de comunicação trataram os fatos. Os veículos de comunicação me trataram como se eu fosse um louco, um perturbador, um palhaço ou um bobo da corte dentro da CPMI. Os veículos de comunicação, inclusive o *UOL*, elegeram a Sâmia como a melhor Deputada do ano. Foi mais ou menos a mesma postura, mais ou menos a mesma conduta. A Sâmia fez na CPI do MST praticamente o que eu fiz na CPMI do dia 8: atitudes de obstrução. Ou seja, obstruir o processo, com o qual você não concorda, uma conduta diferente.



Eu até digo que o Zucco foi muito paciente. Se o Zucco tivesse agido com a Sâmia como o Arthur Oliveira Maia agiu comigo, talvez o Zucco nem aqui estivesse mais. A Polícia Federal já teria ido a casa dele, a Procuradoria... Todo mundo estaria preso, o Zucco e o Salles.

Se eles tivessem agido com a Sâmia e com os demais como o Maia agiu comigo — com muito respeito ao Maia, até porque era o papel dele tentar assegurar as coisas do jeito que estava —, eu acredito que teria sido muito ruim.

Então eu o parabenezo, Zucco, pela paciência, pela resistência que teve diante de uma pressão, que é natural. O senhor é Presidente da Comissão de Ética. Por diversas vezes aqui neste ambiente há momento de pressão, momento de tensão, momento de conflito. Então, essa tensão acaba gerando às vezes um resultado sobre o qual não se consegue ter controle.

Agora, a Sâmia fez o papel dela, de provocar, de tumultuar, de obstruir, que era o papel dela, a intenção dela. E o Zucco, com muita paciência, tentou restabelecer a ordem no local.

Então eu me solidarizo com o Zucco nessa situação, com o Relator, que teve compreensão. E eu vi os motivos de sua compreensão. Quantos mandatos o senhor já tem? Quanto tempo o senhor está aqui? Quantas coisas já viu? Eu compreendo a narrativa da Esquerda em relação a isso.

Agora, eu agora eu gostaria que o *site Metrôpoles*, por exemplo, falasse da Sâmia da mesma forma como falou de mim. Fale que a Sâmia estava tumultuando a CPMI do MST, que eles fizeram um trabalho para anular a CPMI, inclusive prejudicando todos esses trabalhos, prejudicando o rito processual, o rito do trabalho. Fale que o PSOL, de forma orquestrada, sabendo que dois homens estavam conduzindo os trabalhos, colocou três mulheres para provocá-los, intencional e orquestradamente.

Presidente, eu acho que misoginia é uma coisa muito séria, muito séria. Desrespeito às mulheres é uma coisa muito séria. Não podemos admitir isso, mas



também não podemos usar as coisas da forma como estão sendo usadas para tentar atribuir algum mérito nesse sentido.

Eu acho que nós não podemos aceitar nenhum tipo de desrespeito às mulheres. E, quando isso vier aqui a ser um caso, tem que ser tratado com todo respeito, com toda a seriedade. Eu sei que a Jack é uma mulher que preza muito por isso. Ela tem essa batalha, tem essa causa, está lutando com outras mulheres em defesa do direito das mulheres, contra a violência contra as mulheres. Nós concordamos com isso. Nós lutamos contra a violência. Nós não aceitamos que isso seja banalizado. Não aceitamos que seja levada na brincadeira a violência contra a mulher. É um assunto muito sério no nosso País e precisa ser tratado com seriedade, mas também não pode ser utilizado como instrumento de perseguição política contra um Deputado que estava na Presidência.

Muito obrigado. Era isso o que eu tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputado Abilio Brunini.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão da matéria.

Passo a palavra ao Relator, para réplica, se assim o desejar, Deputado João Leão.

O SR. ZUCCO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Eu só queria, se me permitir, Relator... Muito obrigado.

Estou tentando conseguir o voto do Deputado Chico Alencar, porque ele me passa tanta seriedade.

Deputado Chico, eu escutei as palavras da Deputada Jack. Eu queria apenas exemplificar algo para V.Exa. Em uma oportunidade eu cortei a palavra da Deputada Caroline de Toni, do PL...

(Não identificado) - Várias vezes.

O SR. ZUCCO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - ...algumas vezes. Ela ficou até braba comigo, mas não abriu uma representação contra mim. Eu também, às vezes,



cortava o microfone do Salles, que era o Relator, porque também havia embates, e ele pôde estar aqui...

Então, eu sei que V.Exa. tem uma experiência enorme na Casa e sabe o quão difícil — e está aqui o Presidente Leur Lomanto Júnior, que tem liderança, tem respeito de todos os Parlamentares — é ser Presidente. Realmente, concordando com a sua fala inicial, no calor das emoções, talvez as Deputadas quisessem, até porque essa representação é muito antiga...

Quero pedir que V.Exa. realmente avalie a questão, além de todos aqueles que estão nos escutando, porque isso está previsto no Regimento Interno. Cortamos eventualmente a palavra, quando havia embates muito acalorados de Parlamentares da direita ou da esquerda, fossem homens ou mulheres. Realmente, elevando o nível desta Casa e desta Comissão, eu acredito que essa representação não procede, até para que, no futuro, quando algum do PSOL estiver lá também cerceando a palavra em favor do bom trabalho, não sofra representação porque um Parlamentar não concordou com a fala de outro Parlamentar.

Mas, enfim, é só pela consideração que tenho por V.Exa. Eu fiz um debate com V.Exa. numa entrevista. Eu me lembro de que eu saí dali e falei assim: "*O Deputado Chico Alencar é do PSOL mesmo?*" porque eu achei que o senhor era muito sereno e muito equilibrado. É só nesse sentido, Deputado Chico.

Agradeço ao Relator por manter realmente o Regimento sempre acima desses problemas, que são eventuais.

Obrigado, Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Zucco.

Fizemos uma troca aqui. Na verdade, era para o Deputado Zucco fazer uso da palavra depois do Relator.

O Relator ainda deseja fazer uso da palavra?



O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu vou só agradecer à Deputada Jack Rocha, porque realmente ela é uma rocha e cada vez mais ela brilha neste Congresso Nacional.

Deputada Jack, meus parabéns a você, meus parabéns a todos nós que compomos este Conselho de Ética.

Volto a dizer ao Deputado Chico Alencar: Chico, nós precisamos dar esse bom exemplo seu à Casa, aos Deputados da Esquerda. Eu acho que temos que acabar com esse negócio. Bolsonaro já foi, é ex-Presidente. O Presidente Lula está aí. *"Eu sou contra Lula, sou a favor, sou isso ou aquilo."* Cada um decida a sua vida, mas vamos respeitar. Vamos ser contra — porém, respeitando.

Não existe sentido de nós, nesta Casa, estarmos nos engalfinhando. Antes da criação do Conselho de Ética, todas essas causas eram julgadas pela Comissão de Constituição e Justiça. Chico estava lá, estava lá julgando isso. Ele chegou aqui talvez antes de mim. Você foi Constituinte, não foi? *(Pausa.)*

Chegou depois da Constituição.

Nós estávamos lá brigando, lutando. O Conselho de Ética foi criado em 2001 ou 2002. Em 2001, houve um único processo em toda a Casa. Agora temos uma enxurrada de processos aqui, tanto do PSOL, quanto do PL, tanto da Esquerda, quanto da Direita.

Nós precisamos ver que nós somos amigos, gente. Lá fora, a minha família precisa de respeito. Aqui dentro tem que haver respeito à família de Chico Alencar. Nós somos Deputados.

Espere aí. Você vai votar ainda. Tem que ficar. *(Pausa.)*

Ah, você não vota? *(Pausa.)*

Então, gente, nós estamos nessa guerra. Nós precisamos brigar é pelo Brasil, precisamos lutar pelo nosso País, fazer a coisa acontecer, fazer o País parar de brigar. Quem gosta dessa briga é o jornalismo. Há um bocado de jornalistas aqui. Que me desculpem. O jornalismo gosta da tensão, gosta de ver a briga acontecer, isso e aquilo. O jornalista gosta quando o Leão fala mal de alguém. Como eu não



falo mal de ninguém, os jornalistas não gostam de mim. Eu sou uma pessoa que não fala mal de ninguém, nem na campanha eleitoral. Na campanha eleitoral eu respeito o meu adversário, porque o meu adversário pode ser o meu coligado amanhã. A política é isso.

Eu continuo com meu voto, Sr. Presidente, e peço a todos que acompanhem o voto "sim" do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Relator, o Deputado João Leão.

Deputado Chico, V.Exa. gostaria de usar da palavra? *(Pausa.)*

Para você ver, Deputado Chico, Nestes tempos modernos, V.Exa. é considerado um pouco a direita do PSOL, eu acho, talvez, lá dentro. Talvez por causa dos cabelos brancos. *(Risos.)*

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Isso não é um elogio para mim, até porque o PSOL é um partido que tem equilíbrio, é indispensável, é um pequeno partido com vocação de grandeza política.

Dizer que eu sou equilibrado e sereno, apesar de ser do PSOL, é equivocado. Isso explica, Deputado Zucco... V.Exa. já tinha me abordado pessoalmente para dizer que queria contar com o meu voto, porque isso o honraria, mas eu sou um homem de partido. Prezo muito o partido. Fui do PT. Para sair foi uma dificuldade, um sofrimento — e plenárias, e reuniões, e discussões. Isso ocorreu em 2005, quando alguns aqui não eram nascidos. Acho que a ideia de partido é muito importante e que partido se constitui num depositário de ideias, de correntes da sociedade, um elemento utópico por uma sociedade fraterna, justa, igualitária. Portanto, em relação ao seu apelo, eu tenho sensibilidade, mas não posso ser incoerente. Nem discuti isso com a bancada. Poderia levar a ela essa ideia, porque acho que há representações mais substantivas, e outras nem tanto, inclusive nossas, mas vou seguir a definição do meu partido. Eu até assino a representação, porque, além do Presidente do partido, outros Parlamentares podem assinar.



Discordo muito do que disse o Deputado Gustavo Gayer. Primeiro, ele entendeu errado o que eu disse. Falei que a desproporção que existe não é da representação de mulheres contra a de homens aqui no Conselho e, sim, a representação na sociedade. Há muito mais mulheres, há 51% de mulheres, e essa proporção não está expressa aqui na representação da Câmara dos Deputados. Em segundo lugar, eu discordo também — e este é o meu olhar de velho professor de história — que os homens, ao longo da história humana, foram tão oprimidos quanto as mulheres. Não. As sociedades patriarcais são muito mais numerosas, e a preponderância do homem nas relações das sociedades, pretéritas e contemporâneas, é muito maior, inclusive nas sociedades islâmicas e judaicas. Parece-me que a mulher está condenada a essa posição de submissão muito continuada, muito grande. Na Igreja Católica, onde eu fui criado, até hoje a mulher não pode ser ordenada, para celebrar determinados sacramentos, para oferecer determinados sacramentos. Então, discordo dessa ideia de que estão querendo jogar mulher contra homem e homem contra mulher. Não. Esta é uma situação real das sociedades e tem a ver com monopólio da propriedade, com uma série de fatores, que não cabem aqui.

De qualquer forma, agradeço o elogio do Deputado João Leão, mas estou cada vez mais convicto de que as posições racionais à esquerda são muito importantes para o avanço da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputado Chico Alencar.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra por 30 segundos somente.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Pois não, Deputado João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Deputado Chico Alencar, veja bem: eu prezo tanto as mulheres que sou casado com a mesma mulher há 50 anos, completados neste ano — 50 anos de casado! V.Exa. imagina...



O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Aproveite e convide logo todo o Conselho de Ética para a festa. *(Risos.) (Palmas.)*

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Convido todo o Conselho de Ética para estar lá, junto comigo.

Outra coisa: eu ainda tenho a ousadia de dizer, Deputado Chico, na presença dela, que nunca, nunca discuti com a minha mulher, nunca briguei com a minha mulher. Nunca tivemos divergências. Se há um cara que preza as mulheres, esse cara se chama João Leão.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputado João Leão.

O Deputado Zucco ainda gostaria...

Processo de votação.

Neste momento, declaro iniciada a votação nominal do parecer preliminar do Deputado João Leão, aprovado se obtiver a maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Os Deputados que registraram presença neste plenário poderão votar pelo aplicativo Infoleg.

Quem concordar com o parecer preliminar do Relator, pelo arquivamento da Representação nº 21, de 2023, deve votar "sim". Quem discordar do parecer do Relator deve votar "não".

Está aberto o painel, para a votação nominal do parecer preliminar do Deputado João Leão.

Reitero que quem concordar com o parecer preliminar do Relator, pelo arquivamento da Representação nº 21, de 2023, deve votar "sim". Quem discordar do parecer do Relator deve votar "não".

Está iniciada a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*



Concluído o processo de votação, na qualidade de Presidente do Conselho de Ética, proclamo o resultado da votação: 11 votos favoráveis ao parecer preliminar do Relator; 1 voto contrário ao parecer preliminar do Relator. Não houve nenhuma abstenção.

O SR. ZUCCO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Obrigado, Relator. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Declaro aprovado o parecer preliminar do Relator, o Deputado João Leão, pelo arquivamento da Representação nº 21, de 2023, do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, em desfavor do Deputado Zucco. *(Palmas.)*

Conforme o art. 14, § 4º, inciso III, do Código de Ética, "*o pronunciamento do Conselho pela inépcia ou falta de justa causa da representação, admitido apenas na hipótese de representação de autoria de Partido Político, nos termos do § 3º do art. 9º, será terminativo, salvo se houver recurso ao Plenário da Casa, subscrito por um décimo de seus membros, observado, no que couber, o art. 58 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*".

Comunico ao Deputado Zucco a decisão do Conselho.

Passamos ao item 6 da pauta. Leitura, discussão e votação do parecer preliminar do Deputado Acácio Favacho.

Dada a ausência do Relator, declaro prejudicado o sexto item da pauta.

Agradeço aos Srs. Parlamentares e aos demais presentes.

Está encerrada a reunião.